

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES E REFLEXÕES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Luiz Rogério Mélo Francelino¹
Carina Elizabeth Maciel²

Eixo 3 – Políticas Educacionais e Pesquisa em Educação

Resumo: A partir do marco legal introduzido com a Constituição Federal de 1988 e as leis infraconstitucionais, o Brasil tornou-se reconhecido mundialmente pela mudança de paradigma nas questões relativas às pessoas com deficiência, que ensejaram a ascensão da promoção e garantia dos direitos individuais e coletivos para efetivação da sua inclusão social, no âmbito maior dos direitos humanos. Este trabalho, através de uma pesquisa aplicada, descritiva com coleta de dados quantitativos secundários, objetiva verificar e analisar a efetividade da Política de Acessibilidade da UFMS nos seus cursos de graduação.

Palavras chaves: Inclusão; Acessibilidade; Permanência; Sucesso.

Introdução

A Lei nº 12711/2012, estabelece a política de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, buscando democratizar o acesso de pessoas que por questões étnicas, de classes sociais desfavorecidas e com deficiência historicamente encontram mais dificuldades para ingressar e permanecer em uma Instituição Federal de Ensino.

Apesar do avanço obtido na inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, segundo Siqueira e Santana (2010), essa realidade vem se modificando muito lentamente, apesar deste direito já estar garantido pela legislação, para que efetivamente ocorra a inclusão e a acessibilidade nas universidades é fundamental que ações e diretrizes institucionais sejam efetivadas. Para tanto é imprescindível que tais ações e diretrizes não sejam pensadas de forma isolada, mas que busquem um planejamento criterioso objetivando a inclusão, ingresso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

As características individuais do estudante com deficiência, bem como as especificidades dos cursos de graduação e pós-graduação, tornam complexas as atividades dos núcleos de acessibilidade, pois requerem a articulação de ações coletivas e, ao mesmo tempo, particulares, para cada área de conhecimento, as quais devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Segundo o Decreto o Art. 2º da nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

¹ Acadêmico do curso de pós-graduação (doutorado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Desta forma, os materiais didáticos e pedagógicos, os sistemas de comunicação e informação e toda a infraestrutura arquitetônica e seus meios de acesso devem ser preparados e adequados para as pessoas com deficiência. Do o ingresso a diplomação, todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser planejados, desenvolvidos e adaptados de acordo com suas necessidades.

Além disto, é indispensável que se invista na formação dos profissionais, técnicos e docentes, tendo em vista que as necessidades educacionais específicas de cada estudante se manifestam no cotidiano, sendo necessário que tais profissionais estejam preparados para auxiliar na superação das dificuldades e barreiras encontradas.

O objetivo deste estudo é verificar a política de acessibilidade da Universidade Federal de Mato Grosso Sul e analisar a sua efetividade através da verificação da taxa de ingressos e egressos com deficiência na graduação nos últimos 10 anos.

Método

A pesquisa é de natureza aplicada e teve como campo de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Para demonstrar os efeitos das políticas de acessibilidade da UFMS nos últimos 10 anos, optou-se por uma pesquisa descritiva, com coleta de dados quantitativos secundários a partir de informações já existentes em diversos relatórios. Cervo *et al.* (2007) afirmam que "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los." Esses dados secundários foram coletados, tabulados e analisados com o objetivo de verificar a inclusão da pessoa com deficiência nos cursos de graduação da UFMS.

Políticas de Acessibilidade da UFMS e seus Resultados

A política de acessibilidade da UFMS é um documento norteador da governança que teve seu início em 2005, a partir do Programa Incluir do Ministério da Educação (MEC), que fazia parte do eixo "Acesso à Educação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite". Este Programa de acessibilidade na educação superior tinha como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Em 2006, o projeto "UFMS Acessível: Estratégias para inclusão do Acadêmico com deficiência na UFMS" foi contemplado no Edital do Programa Incluir, destinando recursos à UFMS para dar início às suas ações de acessibilidade e inclusão. Gradualmente a UFMS vem avançando no planejamento de metas e implementação de ações, contínuas e esporádicas, que buscam promover acessibilidade a estudantes, servidores e comunidade universitária.

A partir de 2017 foram criadas comissões para discutir questões relacionadas à acessibilidade e ações afirmativas, bem como apoiar a tomada de decisões institucionais nestes âmbitos. Também, a partir deste ano, foram instituídas as bancas de verificação da autodeclaração para ingresso por cotas raciais e deficiência. Para tanto, as referidas comissões trabalharam na elaboração e institucionalização de critérios e normas de verificação.

Atualmente, as ações afirmativas e de inclusão relacionadas são desenvolvidas na UFMS pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) e pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Em 2021, foi aprovado o Plano de Acessibilidade 2020 – 2024 da UFMS, através da Resolução nº 124 – CD/UFMS de 26 de fevereiro de 2021

Este Plano estabelece uma política institucional de acessibilidade e inclusão para todos que possuem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, eliminando as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação bem como estender a toda comunidade universitária externa que utiliza dos serviços oferecidos pela UFMS.

As principais ações do Plano de Acessibilidade 2020 – 2024 são:

- Difundir o sentimento de pertencimento do estudante com deficiência e o acolhimento por meio de campanhas institucionais como a “Eu Respeito”;
- Aprimorar o acompanhamento educacional dos estudantes com deficiência, com foco na conclusão do curso no tempo mínimo;
- Elaborar um Plano Diretor de Acessibilidade, para eliminação das barreiras na UFMS, com priorização das ações em função do número de pessoas atendidas;
- Realizar a manutenção do recapeamento asfáltico das vias internas e dos estacionamentos da UFMS, e instalação de estacionamentos nos Campus de Naviraí e Nova Andradina, com demarcação para acessibilidade (reserva de vagas para veículos que transportam pessoas com deficiência e mobilidade reduzida);
- Atualizar as Rotas Acessíveis na UFMS, com indicação de sanitários PNE e demais equipamentos de enriquecimento;
- Fomentar a cultura e ciência sobre acessibilidade, através da inserção de disciplinas nos projetos pedagógicos dos cursos da UFMS sobre acessibilidade e educação inclusiva;
- Adaptar, inovar, desenvolver e / ou adquirir equipamentos de informática e materiais impressos e/ou visuais, materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis;
- Ampliar o empréstimo de equipamentos e o oferecimento de serviços de acessibilidade;
- Instalar totens digitais acessíveis com mapas e rotas acessíveis, em todas as unidades da UFMS, com disponibilização de mapas e rotas em aplicativo mobile, com acesso ao botão de pânico, ligado ao sistema de monitoramento;
- Disponibilizar todos editais e principais documentos da UFMS em libras/ legenda, áudio e braille e oferecer a interpretação de libras em todos os eventos científicos e institucionais da UFMS.
- Ampliar a acessibilidade aos sítios, sistemas e softwares e mídias sociais da UFMS para as diversas formas de deficiência.

Visando fazer uma breve análise da efetividade das ações implementadas, será apresentado os dados dos ingressos e egressos de discentes na UFMS no período de 2011 a 2021, bem como o quantitativo de alunos matriculados por ano no mesmo período e a proporção de PCDs em relação ao quantitativo total de discentes da UFMS. Na tabela 1, é possível visualizar o histórico de ingressos e egressos de pessoas com deficiência nos cursos de graduação da UFMS, no período de 2011 a 2021.

Tabela 1 Ingressos/Egressos ano na graduação da UFMS no período de 2011 a 2021

Ano/tipo	Ingressos Total	Ingressos PCD	% Ingressos PCD/Total	Egressos Total	Egressos PCD	% Egressos PCD/Total
2011	5.371	245	4,56%	1.738	5	0,29%
2012	6.321	268	4,24%	1.838	17	0,92%
2013	7.230	217	3,00%	1.942	26	1,34%
2014	7.286	285	3,91%	1.918	26	1,36%
2015	6.257	199	3,18%	1.885	52	2,76%
2016	6.137	131	2,13%	2.314	64	2,76%
2017	7.077	113	1,60%	2.107	35	2,56%
2018	6.184	138	2,23%	2.167	42	1,94%
2019	5.673	87	1,53%	2.287	46	2,01%
2020	5.131	76	1,48%	2.166	30	1,38%
2021	5.269	123	2,33%	2760	21	0,76%

Fonte: UFMS. Números UFMS (2011 - 2021)

Na tabela 2, consta os quantitativos por ano de discentes com deficiência e o total, matriculados nos cursos de graduação da UFMS no período de 2011 a 2021.

Tabela 2 Discentes matriculados na graduação da UFMS no período de 2011 a 2021

Ano/tipo	Discentes PCD	Discentes Total	% Discentes PCD/Total
2011	369	17.322	2,13%
2012	486	18.426	2,64%
2013	520	20.506	2,54%
2014	549	20.491	2,68%
2015	538	20.154	2,67%
2016	417	19.017	2,19%
2017	361	21.466	1,68%
2018	355	22.855	1,55%
2019	322	22.836	1,41%
2020	292	22.537	1,30%
2021	365	23.629	1,54%

Fonte: UFMS. Números UFMS (2011 - 2021)

Considerações Finais

Ao analisar os dados coletados, conclui-se que apesar da política de acessibilidade da UFMS, que desde 2005 vem implantando ações afirmativas para promover o ingresso da pessoa com deficiência em seus cursos de graduação, conforme os dados dispostos na tabela 1, a proporção de ingressos de PCD é bem pequena se comparada ao total de ingressantes, sendo que o percentual máximo ocorreu em 2011, com 4,56% de ingresso de PCDs. No entanto, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados pelo MEC, apenas 51 universidades brasileiras que possuem mais de 5 mil alunos matriculados possuem 1% ou mais de estudantes com deficiência, sendo 36 instituições públicas e 15 privadas. Na UFMS, de acordo com os dados da tabela 2, o percentual de PCDs matriculados, alcançou em 2014, o valor máximo para o período, com 2,68% de discentes PCDs matriculados, e o menor valor ocorreu em 2019, com 1,41%.

Uma outra questão verificada, que requer profunda reflexão, é o fato de que tão importante quanto a promoção do ingresso da pessoa com deficiência no ensino superior é proporcionar condições para sua permanência e consequentemente a diplomação. Os dados coletados, dispostos na tabela 1, demonstram que a proporção de PCDs egressos no período de 2011 a 2021, em comparação com quantitativo total de egressos da UFMS no mesmo período, é ainda menor do que a proporção de ingressantes, alcançando o melhor percentual nos anos de 2015 e 2016, com ínfimos 2,76%.

E, finalmente, este estudo descortina o horizonte para novas pesquisas, pois muitas questões necessitam de respostas. Entretanto, pode-se concluir que a UFMS, tem procurado promover a acessibilidade da pessoa com deficiência em seu quadro discente, uma prova disto, foi a elaboração do Plano de Acessibilidade 2020-2024, aprovado pela primeira vez através de uma Resolução (Resolução nº 124-CD/UFMS, de 25 de fevereiro de 2021), que estabelece metas e ações pontuais e caráter contínuo, que certamente contribuirão para a inclusão da Pessoa com Deficiência.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov.2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7611.htm. Acesso em 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 2022.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. (2010). Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 1(16), 27-136.

UFMS. **Números UFMS**. 2022. Disponível em <https://numeros.ufms.br/>. Acesso em: 26 out. 2022.

UFMS. **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/05/Plano-de-Acessibilidade_Resolucao-CD-n-124-de-26-02-2021.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.